

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Fevereiro/2017



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Concurso Público para provimento de cargos

Analista Judiciário – Área Apoio Especializado Especialidade Assistência Social

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Desenvolvimento sustentável exige educação ambiental.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Gramática e Interpretação de Texto da Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

Discussão – o que é isso?

A palavra **discussão** tem sentido bastante controverso: tanto pode indicar a hostilidade de um confronto insanável (“a discussão entre vizinhos acabou na delegacia”) como a operação necessária para se esclarecer um assunto ou chegar a um acordo (“discutiram, discutiram e acabaram concordando”). Mas o que toda discussão supõe, sempre, é a presença de um outro diante de nós, para quem somos o outro. A dificuldade geral está nesse reconhecimento a um tempo simples e difícil: o outro existe, e pode estar certo, sua posição pode ser mais justa do que a minha.

Entre dois antagonistas há as palavras e, com elas, os argumentos. Uma discussão proveitosa deverá ocorrer entre os argumentos, não entre as pessoas dos contendores. Se eu trago para uma discussão meu juízo já estabelecido sobre o caráter, a índole, a personalidade do meu interlocutor, a discussão apenas servirá para a exposição desses valores já incorporados em mim: quero destruir a pessoa, não quero avaliar seu pensamento. Nesses casos, a discussão é inútil, porque já desistiu de qualquer racionalização.

As formas de discussão têm muito a ver, não há dúvida, com a cultura de um povo. Numa sociedade em que as emoções mais fortes têm livre curso, a discussão pode adotar com naturalidade uma veemência que em sociedades mais “frias” não teria lugar. Estão na cultura de cada povo os ingredientes básicos que temperam uma discussão. Seja como for, sem o compromisso com o exame atento das razões do outro, já não haverá o que discutir: estaremos simplesmente ficando pé na necessidade de proclamar a verdade absoluta, que seria a nossa. Em casos assim, falar ao outro é o mesmo que falar sozinho, diante de um espelho complacente, que refletirá sempre a arrogância da nossa vaidade.

(COSTA, Teobaldo, inédito)

1. Embora o termo **discussão** tenha um sentido bastante controverso, o elemento comum a toda discussão está no fato de que
 - (A) os dois antagonistas recusam-se terminantemente a chegar a um acordo, o qual só poderá ocorrer com a intervenção de um terceiro.
 - (B) algum acordo só será possível caso um dos contendores abra mão de suas razões, desistindo de confrontar a argumentação alheia.
 - (C) se revela para nós uma relação de alteridade que já é, a partir desse reconhecimento, a garantia de um acordo entre as posições.
 - (D) se impõe para nós a presença viva e indiscutível da outra pessoa, que também nos reconhece numa relação de alteridade.
 - (E) os dois contendores sentem igualmente necessidade de uma conciliação a partir dos argumentos levantados por ambos.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. No primeiro parágrafo, expõe-se a condição mínima para a ocorrência de uma discussão, sem que se mencione a ação de um entrave inicial que possa dificultá-la.
 - II. No segundo parágrafo, aponta-se, como elemento frequente em algumas discussões, a intolerância, que não me deixa reconhecer os argumentos da pessoa a quem já julguei.
 - III. No terceiro parágrafo, estabelece-se uma conexão entre diferentes culturas e diferentes formas de discussão, concluindo-se que um acordo é mais fácil nas contendas mais acaloradas.Em relação ao texto, está correto o que se afirma em
 - (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II, apenas.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *sentido bastante controverso* (1º parágrafo) = razão de ser equívoca
- (B) *juízo já estabelecido* (2º parágrafo) = avaliação predefinida
- (C) *valores já incorporados* (2º parágrafo) = qualidades prontamente aceitas
- (D) *têm livre curso* (3º parágrafo) = são facilmente contidas
- (E) *um espelho complacente* (3º parágrafo) = um reflexo fiel



4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Não fosse certas desavenças pessoais, muitas discussões acabariam em acordo, com o prevalescimento dos melhores argumentos.
 - (B) São mais difíceis do que se imagina conciliar posições antagônicas, por que para isso temos que considerar a pessoa íntegra do outro.
 - (C) Quando distinguimos o outro apenas como um mal caráter, sem se pesar suas reações, somos presas de nosso próprio ressentimento.
 - (D) O mal de certas discussões está em que sequer se reconhecem os argumentos em disputa, obscurecidos que foram pelo excesso de paixão.
 - (E) É muito comum que numa discussão, haja tanto emocionalismo, por cujo se impede a chegada ao bom termo de um acordo final.
-
5. As formas verbais estão adequadamente empregadas e há presença da voz **passiva** em:
- (A) Os argumentos dos contendores, numa discussão, só serão aceitos caso se venha a considerá-los com isenção.
 - (B) Fossem sempre vencedores os argumentos de quem mais paixão demonstram, a irracionalidade acabará por imperar.
 - (C) Se não fizéssemos questão de demonstrar nossa arrogância, mais simplesmente poderá o outro conciliar-se conosco.
 - (D) São de se esperar que os melhores argumentos acabem por sobrepujar os mais fracos, para que a justiça acabe imperando.
 - (E) Quando for o caso de se fazerem confrontar argumentos inteiramente contrários, melhor seria se houvesse a ação de um bom mediador.
-
6. *Mas o que toda discussão supõe, sempre, é a presença de um outro diante de nós (...)* (1ª parágrafo)
Reescrevendo-se o segmento acima e iniciando-se por **A presença de um outro diante de nós** estará correta a seguinte complementação:
- (A) inclui-se, desta feita, em toda discussão.
 - (B) presume que seja assim em toda discussão.
 - (C) é como toda discussão se preserva.
 - (D) como tal exige toda discussão.
 - (E) é o que toda discussão implica.
-
7. No caso de uma discussão, é preciso que os contendores reconheçam essa discussão como uma forma de diálogo, que não vejam nessa discussão uma oportunidade para suas vaidades, mas que se aproveitem dessa discussão para pôr à prova a força de seus argumentos.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) reconheçam-lhe – a vejam – lhe aproveitem
 - (B) a reconheçam – a vejam como – dela se aproveitem
 - (C) lhe reconheçam – lhe vejam como – aproveitem dela
 - (D) reconheçam-na – vejam-na – aproveitem-lhe
 - (E) reconheçam-lhe – vejam-lhe – se aproveitem dela
-
8. Atente para as seguintes frases:
- I. O sentido controverso da palavra *discussão*, deve-se ao modo pelo qual costumam agir, os contendores, ao exporem seus argumentos.
 - II. Há discussões nas quais, por excesso de paixão, os argumentos sequer são considerados, dada a exacerbação dos ânimos.
 - III. Parece improvável que numa discussão acirrada, possa imperar a racionalidade dos argumentos que sequer são analisados.
- Quanto à virgulação, está inteiramente correto o que consta APENAS em
- (A) II.
 - (B) I.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-

Noções de Informática

9. O funcionário de uma empresa recebeu, pelo *webmail*, uma mensagem supostamente do banco no qual tem conta, informando que ele havia sido sorteado e ganhara um prêmio de um milhão de reais. Para resgatar o prêmio, o funcionário foi orientado a clicar em um *link* e digitar seus dados pessoais e bancários. Após seguir as orientações e enviar os dados digitados, percebeu que o endereço do banco era falso, mas muito semelhante ao endereço verdadeiro. O funcionário foi vítima de um tipo de fraude conhecida como
- (A) *defacing*.
 - (B) *worming*.
 - (C) *phishing*.
 - (D) *keylogging*.
 - (E) *joking*.



10. Um Analista em TI, utilizando o LibreOffice Writer versão 5.1.5.2 em português, inseriu a numeração de páginas no cabeçalho do documento e digitou duas páginas de texto. Na terceira página, deseja recomeçar a numeração em 1. Para acessar uma janela que contém opções para isso, com o cursor após o final do texto da segunda página, ele deverá clicar no menu
- (A) Formatar e na opção Número da página.
 - (B) Ferramentas e na opção Numeração de páginas.
 - (C) Inserir e na opção Quebra manual.
 - (D) Referências e na opção Numerar páginas.
 - (E) Inserir e na opção Numeração de páginas.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

11. Miguel é servidor público federal e pretende licenciar-se do cargo para o desempenho de mandato classista em sindicato representativo da categoria do qual faz parte e que conta com 5.000 associados. Cumpre salientar que o servidor foi eleito para cargo de representação no mencionado sindicato. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,
- (A) o mencionado sindicato comportará até quatro servidores licenciados para o desempenho de mandato classista.
 - (B) a licença perdurará pelo mesmo prazo do mandato, não podendo ser renovada.
 - (C) será assegurado ao servidor o direito à licença sem remuneração para o desempenho do respectivo mandato.
 - (D) não constitui requisito para a mencionada licença que o sindicato seja cadastrado no órgão competente.
 - (E) o mencionado sindicato comportará apenas um servidor licenciado para o desempenho de mandato classista.
12. Viviane, servidora pública federal, é chefe de determinada repartição pública e, pela conduta de ter concedido benefício administrativo sem observar as formalidades legais aplicáveis à espécie, foi condenada, dentre outras sanções, à suspensão dos direitos políticos por seis anos. Observando-se a Lei nº 8.429/1992, a sentença proferida deve também aplicar a seguinte sanção a Viviane:
- (A) pagamento de multa civil, de até três vezes o valor do dano.
 - (B) proibição de contratar com o Poder público, pelo prazo de cinco anos.
 - (C) proibição de contratar com o Poder público, pelo prazo de três anos.
 - (D) multa civil, de até cem vezes o valor da remuneração de Viviane.
 - (E) proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais, pelo prazo de dez anos.

Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

13. Considere a seguinte situação hipotética: Colombo foi regularmente processado e, ao final, condenado pela prática de crime eleitoral. Colombo faleceu e, dentro do prazo legal, seu irmão, Vinícius, pretende ajuizar revisão criminal do referido processo. Neste caso, de acordo com o Regimento Interno do TRE-SP, Vinícius
- (A) possui legitimidade para ajuizar a referida ação, sendo que o requerimento será distribuído para um relator e um revisor.
 - (B) não possui legitimidade para ajuizar a referida ação, uma vez que esta é exclusiva do cônjuge, ascendentes e descendentes, sendo permitido o seu indeferimento *in limine*.
 - (C) não possui legitimidade para ajuizar a referida ação, uma vez que esta é exclusiva do ascendentes e descendentes, sendo vedado o seu indeferimento *in limine*.
 - (D) não possui legitimidade para ajuizar a referida ação, uma vez que esta é exclusiva do Ministério Público, sendo vedado o seu indeferimento *in limine*.
 - (E) possui legitimidade para ajuizar a referida ação, sendo, em qualquer hipótese, vedado o seu indeferimento *in limine*.
14. Considere a seguinte situação hipotética: Sandro é juiz do TRF da 3ª Região e Matias é Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. De acordo com o Regimento Interno do TRE-SP,
- (A) somente Sandro pode fazer parte da composição do TRE-SP, mas não pode ser eleito Presidente.
 - (B) Sandro e Matias podem fazer parte da composição do TRE-SP, bem como ambos podem ser eleitos Presidente.
 - (C) Sandro e Matias podem fazer parte da composição do TRE-SP, mas somente Sandro pode ser eleito Presidente.
 - (D) somente Matias pode fazer parte da composição do TRE-SP, bem como pode ser eleito Presidente.
 - (E) Sandro e Matias podem fazer parte da composição do TRE-SP, mas somente Matias pode ser eleito Presidente.

**Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**

Atenção: Para responder às questões de números 15 e 16, considere a Portaria nº 214/2015, que institui o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – TRE-SP.

15. Considere a seguinte situação hipotética: uma editora jurídica, de grande porte, situa-se em frente ao prédio do TRE-SP. Em julho de 2016, a citada empresa privada completou vinte anos de existência, razão pela qual editou livro comemorativo com farta ilustração gráfica e textos de renomados juristas do Brasil, a ser distribuído a seus clientes, dentre estes, alguns servidores públicos do TRE-SP. Os servidores do TRE-SP
- (A) não poderão aceitar o livro oferecido pela editora, pois o Código de Ética apenas permite que o servidor aceite prêmios ou bolsas de estudos, o que não é o caso.
 - (B) não poderão aceitar o livro, tendo em vista que o Código de Ética veda o recebimento de qualquer valor ou objeto, independentemente da sua natureza.
 - (C) poderão aceitar o livro, desde que o valor não ultrapasse o correspondente a cinco por cento do vencimento básico do cargo de técnico judiciário, padrão A, classe I.
 - (D) poderão aceitar o livro, independentemente de seu valor, por tratar-se de brinde oferecido por ocasião de evento especial, expressamente admitido pelo Código de Ética.
 - (E) poderão aceitar o livro, desde que o valor não ultrapasse o correspondente a dois por cento do vencimento básico do cargo de técnico judiciário, padrão A, classe I.
-
16. O Código de Ética do TRE-SP prevê a necessidade de observância de um prazo, contado da exoneração, que corresponde ao período de interdição para atividade incompatível com o cargo em comissão de direção ou chefia, anteriormente exercido, devendo o servidor, nesse período, observar determinadas regras. Desde que inexistir lei prevendo lapso temporal diverso, o prazo será de
- (A) dois anos.
 - (B) um ano.
 - (C) quinze meses.
 - (D) nove meses.
 - (E) seis meses.

Estatuto da Pessoa com Deficiência

Atenção: Para responder às questões de números 17 e 18, considere a Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

17. O profissional de apoio escolar do estudante com deficiência, desde que excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas,
- (A) atua, apenas, em instituições públicas.
 - (B) não pode atuar em todas as áreas escolares, como, por exemplo, na área de alimentação.
 - (C) atua, apenas, no ensino fundamental.
 - (D) pode exercer, dentre outras, a atividade de higiene.
 - (E) atua a partir do ensino médio, ou seja, destina-se aos jovens a partir dos dez anos de idade.
-
18. Os serviços de habilitação e de reabilitação profissional
- (A) devem ocorrer, exclusivamente, em entidades de formação profissional.
 - (B) destinam-se a toda pessoa com deficiência, independentemente de sua característica específica.
 - (C) não têm por objetivo a conservação do trabalho, mas sim, sua obtenção.
 - (D) podem, apenas em situações excepcionais, ser oferecidos em ambientes inclusivos.
 - (E) devem ocorrer, de forma articulada nas redes públicas e privadas e, exclusivamente, na saúde e na Previdência Social.

Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

Atenção: Para responder às questões de números 19 e 20, considere a Resolução nº 367/2016 que estabelece o Plano Estratégico do TRE-SP.

19. Norteará as futuras revisões e elaborações de Planos Estratégicos o Caderno de
- (A) Atuação dirigida.
 - (B) Indicadores específicos.
 - (C) Desempenho.
 - (D) Planejamento.
 - (E) Situações conflitantes.
-
20. O desafio que busca atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa, é, especificamente, o desafio de garantir os direitos
- (A) à cidadania.
 - (B) à vida, à saúde e à educação dirigida.
 - (C) ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
 - (D) à facilitação do processo eleitoral.
 - (E) à sociedade justa, equilibrada e democrática.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: As questões de números 21 e 22, referem-se ao conteúdo de Noções de Direito Administrativo.

21. A Administração pública submete-se à norma que exige licitação pública para as contratações e aquisições de bens e serviços, bem como para alienações de bens. Entretanto, essa exigência admite EXCEÇÕES, como,
- (A) nas hipóteses de dispensa de licitação, em que a competição não se mostra possível, de modo que a realização do certame levaria a resultado já previamente conhecido.
 - (B) nas licitações dispensáveis, em que a realização dos certames ensejaria atuação do administrador contrária ao interesse público, por acarretar prejuízos à Administração pública.
 - (C) nos casos de inexigibilidade de licitação, em que a realização do certame não se mostra cabível por inviabilidade de competição, de modo que já se conheceria o resultado ou este não seria o pretendido pela Administração pública.
 - (D) nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, elencadas expressamente na legislação, pois configuram opção do legislador pela não realização do certame, por razões de economicidade ou de interesse público.
 - (E) nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, elencados expressa e taxativamente na legislação e que, como tal, afastam a possibilidade do administrador público realizar o certame.
-
22. A vedação à alteração das condições de participação na licitação, bem como das cláusulas que constarão do contrato, cuja minuta integrou o edital, é expressão do princípio
- (A) do julgamento objetivo da licitação, tendo em vista que eventuais alterações interfeririam no resultado do certame, salvo se restasse demonstrada concordância dos demais licitantes.
 - (B) da vinculação ao instrumento convocatório, que se dirige somente aos licitantes, para que esses saibam os termos e condições que regerão a relação jurídica, cuja alteração não poderão propor.
 - (C) da adjudicação compulsória, que possibilita que o licitante vencedor exija a assinatura do contrato nos estritos termos que constaram do edital, no prazo de 48 horas após a divulgação do resultado do certame.
 - (D) da vinculação ao instrumento convocatório, pois as propostas foram apresentadas com base nas condições que constavam do edital, de forma que eventual alteração violaria a igualdade que deve reger a competição.
 - (E) do julgamento objetivo da licitação, que depende da igualdade de participação entre os participantes, de forma que eventual alteração demandaria reabertura do certame, ainda que já findo.

Atenção: As questões de números 23 e 24, referem-se ao conteúdo de Noções de Direito Constitucional.

23. Considere as seguintes situações:

- I. Deputado Estadual em exercício de segundo mandato que pretende candidatar-se à reeleição, em Estado cuja Governadora, em exercício de primeiro mandato e igualmente candidata à reeleição, é sua irmã.
- II. Ocupante de cargo público efetivo na Administração direta federal que, investido no mandato de Vereador, pretende continuar no exercício do cargo, percebendo as vantagens deste, sem prejuízo da remuneração do mandato eletivo, diante da compatibilidade de horários.
- III. Ocupante de cargo de professor em Universidade pública estadual que, investido no mandato de Prefeito, pretende continuar no exercício do cargo, optando pela remuneração deste, diante da compatibilidade de horários.
- IV. Vereador que tem sua naturalização cancelada, por sentença judicial transitada em julgado, durante o segundo ano de exercício do mandato.

O exercício de mandato eletivo será compatível com a disciplina da matéria na Constituição Federal de 1988 APENAS nas situações referidas em

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e IV.

24. À luz da Constituição Federal de 1988, os partidos políticos

- (A) poderão ser compulsoriamente dissolvidos ou ter suas atividades suspensas, desde que por decisão judicial transitada em julgado, a exemplo do que ocorre com as associações em geral.
- (B) estão proibidos de receberem recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros, diferentemente do que ocorre em relação às associações em geral.
- (C) adquirem personalidade jurídica mediante registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, diferentemente das associações em geral, que a adquirem na forma da lei civil.
- (D) devem possuir base territorial não inferior à área de um Município, à semelhança do que ocorre em relação às associações sindicais.
- (E) possuem autonomia para definir sua organização interna, estrutura e funcionamento, diferentemente do que ocorre com os sindicatos, que dependem de autorização estatal e de registro no órgão competente para que sejam fundados.



Atenção: As questões de números 25 e 26, referem-se ao conteúdo de Noções de Direito Eleitoral.

25. Segundo o Código Eleitoral brasileiro, compete, privativamente, ao Tribunal Superior Eleitoral,
- (A) aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão até 30 dias aos juízes eleitorais.
 - (B) processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro de candidatos a Governador, Vice-Governadores, e membro do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas.
 - (C) processar e julgar originariamente as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos, quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos.
 - (D) constituir as juntas eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição.
 - (E) fixar a diária do Corregedor Geral, dos Corregedores Regionais e auxiliares em diligência fora da sede.
-
26. De acordo com o Código Eleitoral brasileiro, os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão,
- (A) obrigatoriamente, por dois anos, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.
 - (B) obrigatoriamente, por dois anos, vedada qualquer recondução.
 - (C) obrigatoriamente, por um ano, sendo permitida uma única recondução em igual período.
 - (D) facultativamente, por dois anos, vedada qualquer recondução.
 - (E) facultativamente, por um ano, sendo permitida uma única recondução em igual período.
-
27. A Constituição Federal de 1988 instituiu o Sistema Único de Saúde responsável pela oferta de acesso integral, universal e gratuito, a todo cidadão brasileiro, aos serviços de saúde. Das competências definidas pelo sistema quanto à rede de laboratórios de saúde pública, cabe à direção nacional
- (A) definir e coordenar.
 - (B) coordenar e implementar.
 - (C) implementar e executar.
 - (D) executar e ampliar.
 - (E) ampliar e definir.
-
28. A Previdência Social é um direito social estabelecido na Constituição Federal de 1988. Entre suas garantias está o pagamento de renda, não inferior ao salário mínimo, ao trabalhador contribuinte e sua família, nas situações previstas pela legislação. Para além do benefício previdenciário público, a lei estabelece a previdência complementar privada que deve se organizar de acordo com
- (A) regras estabelecidas pelo regime geral da previdência social.
 - (B) modelo definido pelo regime geral da previdência social.
 - (C) autonomia ao regime geral da previdência social.
 - (D) dependência indireta do regime geral da previdência social.
 - (E) parceria entre o sistema privado e o regime geral da previdência social.
-
29. Ao longo das últimas décadas o uso de novas tecnologias vem alterando tanto as estruturas físicas – espaços para arquivos, como as estruturas gerenciais – adoção de rede de computadores. No trabalho cotidiano do Assistente Social, essas novas tecnologias apresentam aspectos positivos e negativos. Nesse sentido, as novas tecnologias têm favorecido positivamente
- (A) o subdimensionamento das ações desenvolvidas.
 - (B) o acréscimo de tarefas para o desenvolvimento de ações.
 - (C) a burocratização das ações desenvolvidas.
 - (D) a integração das ações desenvolvidas.
 - (E) a superposição de ações desenvolvidas.
-
30. A escolha do instrumento de pesquisa auxilia a organização, sistematização e registro das informações procuradas. Entre os instrumentos de pesquisa, uma das principais diferenças entre o formulário e o questionário, apesar das semelhanças, é que
- (A) o formulário é preenchido pelo entrevistador.
 - (B) o formulário é preenchido pelo entrevistado.
 - (C) o questionário é preenchido pelo entrevistador.
 - (D) o questionário não exige preenchimento.
 - (E) ambos são preenchidos pelo entrevistador.



31. Desde 2005, a política de saúde adota a redução de danos como forma de mitigar os danos sociais e à saúde causados pelo uso de produtos, substâncias ou álcool/drogas que causem dependência. Para essa política pública, o usuário de álcool e outras drogas tem
- (A) responsabilidade no sucesso do tratamento.
 - (B) liberdade de decisão quanto ao tratamento.
 - (C) controle quanto às atividades de redução de danos.
 - (D) adesão irrestrita às atividades de redução de danos.
 - (E) definição do tempo de tratamento.
-
32. Na década de 80, o mundo viveu uma epidemia de HIV/AIDS. Nas décadas seguintes, a partir de pesquisas, do desenvolvimento de novos medicamentos e campanhas educativas focalizadas, essa epidemia vem sendo controlada. No campo dos direitos, o portador do vírus é obrigado a revelar sua sorologia em caso de
- (A) contratação no setor privado.
 - (B) trabalho na área médica.
 - (C) receber uma transfusão de sangue.
 - (D) doação de esperma.
 - (E) adoção de criança/adolescente.
-
33. Considera-se o absenteísmo um elemento oneroso tanto na perspectiva social, quanto na perspectiva econômica, nas organizações públicas e privadas. Uma das causas que contribuem para o absenteísmo é a presença de
- (A) programa de qualidade de vida e saúde.
 - (B) equipe motivacional e laboral.
 - (C) cantinas, cafezinhos e fumódromos.
 - (D) planos de carreira e salários.
 - (E) estacionamento e creche.
-
34. A comunicação escrita, na dinâmica organizacional, tem como propósito favorecer informação e compreensão para condução de tarefas, e favorecer atitudes motivacionais e de cooperação entre os colaboradores. O significado da comunicação indicativa está relacionado à
- (A) forma de colocação da palavra.
 - (B) consequência da palavra no texto.
 - (C) relação palavra e objeto representado.
 - (D) experiência pessoal com o uso da palavra.
 - (E) ação decorrente do uso da palavra.
-
35. O Decreto nº 5.296/2004 regulamenta a lei que estabelece prioridade de atendimentos à população em órgãos públicos com Administração direta, indireta e fundacional, às empresas prestadoras de serviços públicos e às instituições financeiras. Tem prioridade no atendimento:
- (A) Gestante.
 - (B) Pessoa idosa.
 - (C) Adulto com criança menor de 3 anos.
 - (D) Pessoa obesa.
 - (E) Portador de deficiência.
-
36. De acordo com a Lei nº 8.742/1993, a Assistência Social é um direito do cidadão, dever do Estado e uma Política de Seguridade Social não contributiva. Em 2011, com as alterações do texto original, passou a ser considerado como objetivo das ações da gestão:
- (A) os serviços sociais.
 - (B) as relações intergeracionais.
 - (C) a proteção social especial.
 - (D) a proteção social básica.
 - (E) a vigilância socioassistencial.



37. A entrevista é uma forma de diálogo assimétrico na busca de informações e dados sobre o fenômeno estudado. A avaliação global das informações coletadas é uma característica da pesquisa
- (A) estruturada.
 - (B) semi-estruturada.
 - (C) não estruturada.
 - (D) em grupo.
 - (E) orientada.
-
38. O Centro de Testagem e Aconselhamento – CTA é uma referência para a população em geral e segmentos considerados mais vulneráveis, para o acesso ao teste e orientação de prevenção do HIV e outras DST. Entre os objetivos do CTA está
- (A) a ampliação da rede serviços para diagnóstico HIV e DST.
 - (B) a notificação do Ministério da Saúde.
 - (C) o desenvolvimento de tecnologias de prevenção.
 - (D) o acompanhamento dos portadores do HIV e de DST.
 - (E) a redução do impacto emocional do diagnóstico.
-
39. No trabalho com famílias, a abordagem sistêmica é realizada por equipe interdisciplinar, uma vez que essa técnica é utilizada para compreensão das múltiplas dimensões que envolve o grupo familiar. Todavia, fica VETADO ao Assistente Social, durante a abordagem, a prática
- (A) assistencialista.
 - (B) terapêutica.
 - (C) filantrópica.
 - (D) caritativa.
 - (E) benemerente.
-
40. A Norma Operacional do SUAS 2012 define como o responsável pelo reconhecimento de entidades e organizações pertencentes da rede socioassistencial, vinculadas ao SUAS,
- (A) a União, apenas.
 - (B) os Estados, apenas.
 - (C) os Municípios, apenas.
 - (D) a União e Estados.
 - (E) os Estados e os Municípios.
-
41. De acordo com levantamento realizado pelo IBGE (2015), cerca de 80 milhões de brasileiros estão com sobrepeso. No mundo do trabalho, tal fenômeno é encarado como um problema, pois favorece doenças como diabetes, pressão alta e problemas no coração, que ocasionam ausências sucessivas ou longos períodos de licença médica. Visando à saúde do trabalhador, o Assistente Social deve atuar na definição do
- (A) tratamento clínico.
 - (B) tratamento terapêutico.
 - (C) cardápio nutricional.
 - (D) material informativo.
 - (E) exercício laboral.
-
42. No campo da saúde mental, a concepção de saúde e doença – física e mental – parte da premissa que estas fazem parte de processos históricos e sociais decorrentes do modo de vida do usuário. Em equipe multidisciplinar, o Assistente Social atuará para o fortalecimento do sujeito e suas relações sociais. Nesse sentido, NÃO é objetivo da equipe interdisciplinar
- (A) ressocializar o usuário.
 - (B) curar a doença.
 - (C) mitigar hábitos danosos.
 - (D) internar em caso de crise.
 - (E) reduzir o abuso de álcool/drogas.
-
43. De acordo com a NOB RH/2006, a capacitação dos trabalhadores do SUAS se fundamenta na educação permanente, e, portanto, deve ser realizada de forma
- (A) periódica e avaliativa.
 - (B) monitorada e centralizada.
 - (C) nacional e macrorregional.
 - (D) sustentável e descentralizada.
 - (E) setorial e participativa.



44. A ética é uma^I dos homens. Assim, parte-se do pressuposto que, para chegar aos fundamentos da ética, necessita-se passar pelos fundamentos^{II}. Esses fundamentos têm uma existência objetiva: são^{III} que expressam modos de ser existentes na realidade sócio-histórica. Nesse sentido, além de reflexão e sistematização filosófica, a ética deve ser compreendida como^{IV}.

As lacunas I, II, III e IV são, correta e respectivamente, preenchidos por

- (A) construção histórica – do ser social – categorias teóricas – práxis
(B) qualidade específica – do conhecimento interior – conceitos analíticos – virtude
(C) capacidade inerente – da psique humana – definições aproximadas – processo
(D) racionalidade crítica – da sociabilidade humana – premissas fundamentais – possibilidade
(E) escolha teórica – do ser social – conceitos políticos – necessidade

45. As formas de objetivação da ética ocorrem contraditoriamente, variando em cada formação social. Nesse sentido, considere:
- I. O núcleo básico constituído pela existência da divisão social do trabalho, da propriedade privada e da exploração do trabalho é indispensável para compreender as formas de objetivação da ética.
- II. As objetivações éticas se reproduzem pela afirmação e negação da própria ética, em seus modos de ser.
- III. É fundamental para a apreensão das objetivações éticas: a moral, a virtude e as motivações singulares.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, apenas.

46. Na sociedade de classes é impossível expandir direitos, se a mesma não possuir Estado forte na área social, e por consequência, uma burocracia pública estruturada para implementar as ações para a efetivação de direitos. Assim, deve-se considerar
- (A) a burocracia pública estruturada necessária e suficiente para a ampliação de direitos.
(B) a gestão democrática, nos moldes da reforma do Estado, a saída para a efetivação de direitos.
(C) a Administração pública responsável pela resolução das mazelas da sociedade, através da efetivação de direitos.
(D) o consenso entre os explorados e dominados e a classe dominante a possibilidade de conquista de direitos.
(E) o Estado e a burocracia instrumentos de dominação de classe.

47. Em referência à contrarreforma neoliberal e ao papel e ação do Estado, considere:
- I. O objetivo de limitar a ação do Estado perpassa pela lógica de aumentar a presença do investidor privado.
- II. Um dos objetivos da contrarreforma neoliberal é aumentar a governança do Estado, sua capacidade de governar com efetividade e eficiência.
- III. O gerencialismo é, de certo modo, uma forma diferenciada de privatização.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I, II e III.
(E) I e II, apenas.

48. Acerca do debate sobre as funções que constituem o processo de gestão/administração de uma organização, política, programa, projeto, serviço e/ou atividade, as funções gerenciais básicas necessárias de serem realizadas são:
- (A) Equacionamento, decisão, operacionalização e ação.
(B) Direção, organização, planejamento e controle.
(C) Reflexão, decisão, ação e retomada de reflexão.
(D) Direção, equacionamento, planejamento e controle.
(E) Planejamento, operacionalização, ação e controle.



49. A instituição/organização/entidade social pode ser definida como unidade que faz com que seja possível aos integrantes de um grupo ou equipe trabalharem juntos, em busca de objetivos. Criar espaços de participação dos usuários, em todos os níveis, na estrutura organizacional da instituição, constitui uma das demandas profissionais do Serviço Social. Para tanto, há de se considerar alguns traços de nossa tradição autoritária que contribuem para dificultar o desenvolvimento de processos participativos nas instituições, e, conseqüentemente, na atuação profissional. São determinantes imediatos do autoritarismo presentes nas instituições:
- (A) A visão hegemônica dos grupos, as demandas materiais, institucionais e ideológicas.
 - (B) O conservadorismo da sociedade, as implicações singulares, genéricas e universais.
 - (C) Os múltiplos interesses dos grupos, os condicionantes materiais, institucionais e ideológicos.
 - (D) A formalização das regras e normas de funcionamento, os recursos materiais, humanos e financeiros.
 - (E) Os interesses de classe antagônicos, os condicionantes administrativos, jurídicos e profissionais.

50. Várias formas de proteção social se apresentaram e se sucederam na história, em grande parte de inspiração piedosa, de benemerência, filantropia e assistência privada, como virtudes ou deveres morais de ajuda voluntária e solidária aos desvalidos. No sistema capitalista as formas de proteção social vão se modificando, assumindo características próprias. Nesse sentido, classifique/relacione os modelos de proteção social de acordo com o enunciado, sendo **1** para modelo **bismarckiano** e **2** para modelo **beveridgiano**:

- () Originalmente pensado como medida defensiva e reparadora de proteção social aos trabalhadores formalmente empregados e cuja a integração ao sistema social dominante se fazia por questão de ordem pública.
- () Visava a garantia de um rendimento que substituiu os salários quando se interrompessem pelo desemprego, por doença ou acidente.
- () O seguro social foi incorporado a um sistema mais amplo, que, somado ao seguro, atendia inclusive a não trabalhadores.
- () Não visava à solidariedade vertical (entre classes), e nem à redistribuição de renda, mas inovou ao transformar inseguranças individuais em assunto público, por meio da socialização dos custos da proteção com toda a sociedade.
- () Pressupunha a formação de um sistema complexo e completo de proteção social na ausência do salário que deveria ser fruto do pleno emprego.

A ordem correta dos modelos, de cima para baixo, é:

- (A) 1 – 1 – 2 – 1 – 2
- (B) 2 – 1 – 2 – 1 – 1
- (C) 1 – 2 – 2 – 1 – 2
- (D) 2 – 1 – 1 – 2 – 1
- (E) 1 – 2 – 1 – 2 – 1

51. A reestruturação capitalista, que a partir dos anos 1940, estabeleceu uma outra forma de organização sociopolítica, foi resultante de um pacto entre Estado, mercado e setores organizados da classe trabalhadora para enfrentar a crise que se estendia desde 1929. Esse pacto foi denominado de
- (A) fordismo.
 - (B) toyotismo.
 - (C) liberalismo.
 - (D) keynesianismo.
 - (E) neoliberalismo.

52. Os programas neoliberais que, desde os anos 1990, ocupam lugar prioritário nos discursos e agendas políticas dos governos constituem uma nova logística de proteção social. Esses programas
- (A) obrigam o beneficiário a trabalhar, ou a se submeter a treinamentos para tal, em troca de assistência.
 - (B) são os de transferência de renda, que limitam o acesso aos direitos e diminuem a desigualdade social.
 - (C) são os de convivência e fortalecimento de vínculos, que possibilitam a integração na sociedade.
 - (D) promovem o *welfare mix* ou *welfare pluralism*, ou seja, o bem-estar pluralista ou pluralismo de bem-estar.
 - (E) reforçam o viés socioeducativo e de cidadania, em troca da assistência.



53. Em referência ao processo de trabalho do Assistente Social em empresas, considere:

- I. As demandas do Serviço Social nas empresas sofreram alterações, pois foram centradas não somente na prestação e administração de benefícios, mas também para os programas de formação e qualificação de mão de obra ou de qualidade total.
- II. O Serviço Social, apreendido como atividade-meio na empresa, está cada vez mais próximo do processo de terceirização.
- III. Nas empresas, o Serviço Social mantém o seu caráter educativo, voltado para mudanças de hábitos, atitudes e comportamento do trabalhador, objetivando sua conformação ao processo produtivo.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

54. Em referência ao Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993, considere:

- I. A dimensão legal/normativa do Código de Ética, assumida coletiva e democraticamente, é apenas uma das dimensões, devendo-se considerar ainda o conteúdo conceitual, político e teleológico do mesmo.
- II. Os onze princípios fundamentais do Código de Ética devem ser apreendidos em sua especificidade.
- III. A concepção do Código de Ética estabelece uma importante dialética entre a emancipação humana e social.
- IV. Os princípios do Código de Ética contribuem para termos, em mãos, horizontes de reflexão e proposição de alternativas às contradições postas na sociedade e ao trabalho profissional.
- V. Um dos pilares centrais do projeto ético-político é o Código de Ética.

Está correto o que consta APENAS, em

- (A) I, II e III.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e V.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, II e IV.

55. No artigo 10, do Código de Ética, Capítulo III, Das Relações com Assistentes Sociais e outros/as Profissionais, afirma-se que é dever do/a Assistente Social

- (A) respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões, desde que em consonância com os valores dos/das Assistentes Sociais.
- (B) realizar crítica pública somente ao colega de profissão, de maneira clara e objetiva.
- (C) ser solidário/a com outros profissionais, ensinando e repassando o trabalho.
- (D) incentivar, sempre que possível, a prática profissional disciplinar.
- (E) liberar de carga horária, quando chefiar, seus subordinados para fins de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras.

56. Para tornar alcançável às crianças e aos adolescentes os direitos fundamentais de cidadania, o Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza o direito à proteção cuja a existência pressupõe a criação de um Sistema de Garantia de Direitos, de caráter público, que, moldado na perspectiva da promoção, da defesa e do controle

- (A) fixe limites à atuação da sociedade civil organizada e assegure a observância dos direitos humanitários.
- (B) promova o processo de capacitação dos conselheiros e dos gestores da política da área da criança e do adolescente.
- (C) possa contribuir para efetivar a promessa da normativa jurídica de proporcionar às crianças e aos adolescentes o direito à emancipação social.
- (D) seja instituído condicionado à deliberação do Poder Judiciário, bem como restrito à aplicabilidade da legislação codificada.
- (E) viabilize ações de cunho protetivo não só para as crianças e adolescentes classificadas como "normais", mas também para as em "situação irregular".



57. Frente à compreensão da categoria de mediação no Serviço Social, considere:

- I. O recurso à categoria de mediação no Serviço Social favoreceu uma apreensão mais próxima do movimento da totalidade social do objeto de intervenção profissional.
- II. A categoria de mediação tem a função de conduto de “passagem” e “conversão” entre as várias instâncias da totalidade, sendo então, estruturante da universalidade.
- III. O Assistente Social não é um mero mediador, mas um agente que trabalha com e nas mediações.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

58. Considerando-se o debate do Serviço Social frente às conceituações/definições sobre **assessoria e consultoria**, considere: **1. assessoria; 2. consultoria; e 3. supervisão profissional.**

O trabalho de **I** é mais pontual que o de **II**, em que a equipe ou o profissional que recebe a **III** já tem, supostamente, algum acúmulo no assunto a ser tratado, enquanto a **IV** é um processo que necessita de maior tempo devido à complexidade de assuntos e ações a serem desenvolvidas. A diferença entre a **V** e a assessoria se dá pelo grau de autonomia que a esta última pressupõe.

As lacunas **I, II, III, IV e V** são preenchidas, correta e respectivamente, por

- (A) 1 – 1 – 2 – 2 – 3
- (B) 2 – 1 – 2 – 1 – 3
- (C) 3 – 1 – 3 – 1 – 2
- (D) 1 – 2 – 1 – 2 – 2
- (E) 2 – 2 – 1 – 1 – 2

59. Atualmente, nos diversos espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social, muito se discute a questão da atuação em equipes multiprofissionais e da interdisciplinaridade do trabalho. Frente à questão da interdisciplinaridade, considere:

- I. A interdisciplinaridade é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão.
- II. A prática interdisciplinar pressupõe uma desconstrução, uma ruptura com o tradicional e com o cotidiano tarefeiro.
- III. O trabalho interdisciplinar consiste no aprender um pouco de tudo, não no enfrentar o problema (explicativo, previsível, interpretativo) com toda a competência do especialista que domina o problema, suas dificuldades, as explicações e previsões dos outros competentes.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I.
- (E) I e III.

60. A gestão social na atualidade funda-se na concepção de um Estado social de direito e, portanto, comprometida com a cidadania de todos os membros de uma nação. Ela tem como matéria-prima

- (A) a elaboração e a utilização de ferramentas e instrumentos eficientes para desenvolvimento da mesma.
- (B) a construção e utilização de um conjunto de ferramentas e instrumentos para consolidar a efetiva execução de projetos sociais, na garantia de uma gestão exitosa.
- (C) o diagnóstico inicial elaborado para subsidiar o planejamento do projeto, os vários levantamentos de dados, mapeamentos, observações.
- (D) as ferramentas do planejamento estratégico que permitem identificar e avaliar os pontos fortes e fracos da organização responsável pelo projeto.
- (E) as políticas, programas, projetos, serviços, benefícios; podendo ser desenvolvida tanto pelo poder público, quanto pela sociedade civil.

**DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 11: 11.5 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. 11.6 Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que obtiver, concomitantemente, nota maior do que 0 (zero) – em cada uma das 02 questões e, ainda, média igual ou superior a 6 (seis) – no conjunto das 02 (duas) questões. 11.7 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Estudo de Caso a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 11.8 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 11.8.1 fugir à modalidade de texto solicitada e/ou às questões práticas propostas; 11.8.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; 11.8.3 for assinada fora do local apropriado; 11.8.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 11.8.5 estiver em branco; 11.8.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 11.9 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora.

QUESTÃO 1

De acordo com o Ministério da Saúde o tabagismo está relacionado com mortes por infarto do miocárdio, câncer (boca, laringe, esôfago, pulmão, estômago, entre outros órgãos) e doenças vasculares. Em uma situação hipotética, visando à qualidade de vida de seus colaboradores, o TRE-SP solicitou a elaboração de um Projeto Interdisciplinar de combate ao Tabagismo.

Descreva, fundamentadamente, as propostas do Serviço Social para este Projeto de Intervenção contemplando:

- a. Ação educativa.
- b. Ação informativa.
- c. Ação de promoção à saúde.
- d. Um encaminhamento à rede de saúde.
- e. Forma de acompanhamento ao colaborador.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	



QUESTÃO 2

Em uma situação hipotética, um Assistente Social do TRE-SP foi solicitado a apresentar um projeto de trabalho/projeto de intervenção. Para tanto, o projeto deve conter elementos amparados pelos instrumentos jurídicos formais da profissão. Nesse sentido, considerando-se as atribuições postas pelo TRE-SP, para o cargo de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Assistência Social, responda, fundamentadamente:

- a. Quais os elementos constitutivos do projeto de trabalho/projeto de intervenção profissional, ou seja, o que é preciso conhecer/compreender ao adentrar no espaço sócio-ocupacional para desenvolvimento do trabalho?
- b. Qual o elemento fundamental e essencial ao projeto de trabalho/projeto de intervenção profissional?
- c. Quais os itens fundamentais que devem estar contidos na formulação do projeto de trabalho/projeto de intervenção profissional? (roteiro do projeto)
- d. Quais os instrumentos jurídicos formais que norteiam/embasam/dão suporte à formulação do projeto profissional?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	



QUESTÃO 2

27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO